

Demonstrações Financeiras

**Empresa de Transmissão do Alto
Uruguai S.A.**

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

Demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório da Administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório da Administração

A Administração da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia

A ETAU é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída no exercício de 2002, que tem por objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, proveniente do Leilão ANEEL n° 002/2002.

Possuem o controle compartilhado da ETAU, por meio de acordo de acionistas: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”) – 75,6193%, DME Energética S.A. (“DME”) – 14,3807% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“CEEE-GT”) – 10%.

Desempenho Financeiro - R\$ mil	2020	2019
Receita operacional líquida	81.327	27.393
EBITDA	72.083	19.832
Margem EBITDA	88,63%	72,40%
<u>Reconciliação do EBITDA</u>		
Lucro do exercício	46.866	11.562
Resultado financeiro	1.118	2.341
Imposto de renda e contribuição social	24.098	5.928
Depreciação	1	1
EBITDA	72.083	19.832

EBITDA - É o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho.

Perfil do endividamento - R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	6.012	5.849
Não circulante	5.707	11.621
Dívida bruta	11.719	17.470
(-) Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e depósitos vinculados	(9.345)	(9.661)
(=) Dívida líquida	2.374	7.809
Dívida líquida/EBITDA	0,03	0,39

Dívida líquida - A dívida líquida não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado-padrão, nem pode ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias, tampouco é uma medida de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A dívida líquida representa o somatório de empréstimos e financiamentos e debêntures do passivo circulante e do passivo não circulante, menos o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e outros investimentos. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho.

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades de “*back-office*” para atividades administrativas da ETAU e implanta na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Política de Qualidade

A ETAU, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 pelo valor de R\$106 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.6, em decorrência dos efeitos de revisão das taxas de desconto dos fluxos financeiros dos contratos de concessão e respectivos efeitos nas margens de construção, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



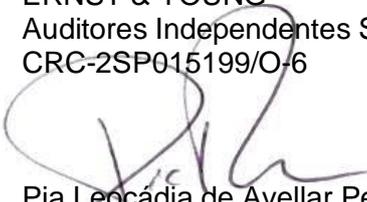
Building a better
working world

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos

Rio de Janeiro, 29 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota expli- cativa	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019		Nota expli- cativa	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Ativos			(Reapresentado)	(Reapresentado)	Passivos			(Reapresentado)	(Reapresentado)
<i>Ativos Circulantes</i>					<i>Passivos Circulantes</i>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.345	1.487	66	Fornecedores	12	1.146	1.373	2.103
Títulos e valores mobiliários	5	-	8.174	12.883	Empréstimos e financiamentos	12	6.012	5.849	4.609
Contas a rec. de concessionárias e permissionárias	6	4.451	4.488	5.003	Debêntures		-	-	10.035
Ativo de contrato de concessão	7	18.455	22.379	30.760	Taxas regulamentares		1.918	1.759	1.632
Impostos e contribuições sociais	8	110	85	78	Impostos e contribuições sociais	8	5.523	5.219	5.291
Outras contas a receber		233	206	319	Dividendos a pagar	11	469	132	176
Total dos Ativos Circulantes		32.594	36.819	49.109	Outras contas a pagar		500	340	871
					Total dos Passivos Circulantes		15.568	14.672	24.717
<i>Ativos Não Circulantes</i>					<i>Passivos Não Circulantes</i>				
Depósitos judiciais		519	287	414	Empréstimos e financiamentos	12	5.707	11.621	17.155
Contas a rec. de concessionárias e permissionárias	6	283	264	264	Impostos e contribuições diferidos	9	26.401	8.677	9.083
Impostos e contribuições sociais		-	-	25	Tributos diferidos	10	5.805	3.246	4.188
Ativo de contrato de concessão	7	115.823	69.318	80.174	Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis	13	411	364	552
Intangível		1	2	3	Outras Contas a Pagar		1.585	896	1.019
Outras Contas a receber		102	102	70	Total dos Passivos não Circulantes		39.909	24.804	31.997
Total dos Ativos Não Circulantes		116.728	69.973	80.950	Total dos Passivos		55.477	39.476	56.714
					Patrimônio Líquido				
					Capital social		34.895	34.895	34.895
					Reserva de lucros		34.895	19.348	20.991
					Dividendos adicionais propostos		24.055	13.073	17.459
					Total do Patrimônio Líquido	15	93.845	67.316	73.345
Total dos Ativos		149.322	106.792	130.059	Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		149.322	106.792	130.059

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	2020	2019 (Reapresentado)
Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção E outras, líquidas		67.156	13.163
Remuneração do ativo de contrato de concessão		14.171	14.230
Receita operacional líquida	19	<u>81.327</u>	<u>27.393</u>
Pessoal		(773)	(23)
Serviços de terceiros		(5.119)	(5.662)
Material		(1.963)	(692)
Outras receitas (custos) operacionais, líquidas		27	128
Custos operacionais	20	<u>(7.828)</u>	<u>(6.249)</u>
Lucro bruto		<u>73.499</u>	<u>21.144</u>
Pessoal		(30)	(95)
Serviços de terceiro		(1.283)	(1.158)
Depreciação e amortização		(1)	(1)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(103)	(59)
Despesas administrativas	20	<u>(1.417)</u>	<u>(1.313)</u>
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas dos impostos e das contribuições		72.082	19.831
Receitas financeiras		347	594
Despesas financeiras		(1.465)	(2.935)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	21	<u>(1.118)</u>	<u>(2.341)</u>
Lucro antes dos impostos e das contribuições		<u>70.964</u>	<u>17.490</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(6.374)	(6.334)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(17.724)	406
Imposto de renda e contribuição social	14	<u>(24.098)</u>	<u>(5.928)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>46.866</u>	<u>11.562</u>
Lucro por ação			
Lucro por ação ordinária – básico e diluído (em R\$)	18	<u>1,34306</u>	<u>0,33134</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2020	2019 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	46.866	11.562
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	46.866	11.562

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Especial			
Saldos em 1º de janeiro de 2019 (Reapresentado)		34.895	6.979	14.012	17.459	-	73.345
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	(17.459)	-	(17.459)
Compensação de prejuízos		-	-	(1.643)	-	1.643	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	11.562	11.562
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(132)	(132)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	13.073	(13.073)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	15	34.895	6.979	12.369	13.073	-	67.316
Dividendos adicionais aprovados		-	-	(6.795)	(13.073)	-	(19.868)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	46.866	46.866
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva especial		-	-	22.342	-	(22.342)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(469)	(469)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	24.055	(24.055)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15	34.895	6.979	27.916	24.055	-	93.845

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota expli- cativa	2020	2019 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		46.866	11.562
Itens de resultado que não afetam o caixa:			
Provisão (reversão) de riscos trabalhistas e cíveis	13	60	(48)
Remuneração do ativo de contrato de concessão	7 e 19	(14.171)	(14.230)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	7 e 19	(53.165)	1.694
Depreciação e amortização	20	1	1
Provisão para parcela variável		6	-
Receita de implementação da infraestrutura	7 e 19	-	174
Receita de aplicação financeira	21	(347)	(594)
Custo de implementação da infraestrutura	20	-	(157)
Juros e variações monetárias – Financiamento	12 e 21	1.373	1.841
Juros e variações monetárias líquidas – Debêntures	21	-	613
Tributos diferidos	19	2.558	(942)
Imposto de renda e contribuição social	14	24.098	5.928
		<u>7.279</u>	<u>5.842</u>
Variação de ativos e passivos:			
Redução no contas a receber de concessionárias e permissionárias		12	515
Redução no saldo do ativo de contrato de concessão	7	24.755	31.599
(Aumento) nos impostos e nas contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(141)	(247)
(Aumento) redução outras contas a receber e depósitos judiciais		(1.365)	208
(Redução) nos fornecedores		(227)	(573)
Aumento nas taxas regulamentares		159	127
Aumento (redução) nas outras contas a pagar		1.942	(793)
		<u>25.135</u>	<u>30.836</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>32.414</u>	<u>36.678</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(5.952)</u>	<u>(6.142)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>26.462</u>	<u>30.536</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Redução no saldo de títulos e valores mobiliários		8.520	5.303
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		<u>8.520</u>	<u>5.303</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de debêntures – Principal		-	(10.000)
Pagamento de debêntures – juros		-	(648)
Pagamento de financiamentos – principal	12	(5.747)	(4.526)
Pagamento de financiamentos – juros	12	(1.377)	(1.609)
Pagamento de dividendos	11	(20.000)	(17.635)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento		<u>(27.124)</u>	<u>(34.418)</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>7.858</u>	<u>1.421</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	1.487	66
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	<u>9.345</u>	<u>1.487</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>7.858</u>	<u>1.421</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 7 de maio de 2002, que tem por objeto social a construção, a implantação, a operação e a manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica denominada Campos Novos/Santa Marta de 230 kV, bem como das subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS e Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a estas, localizadas nas subestações de Santa Marta - RS e Campos Novos - SC, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 002/2002, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 18 de dezembro de 2002, a Companhia assinou com a ANEEL, o contrato de concessão nº 082/2002 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos. A linha de transmissão de 230 kV tem extensão aproximada de 188 km, com origem na subestação de Campos Novos - SC e término na subestação de Santa Marta - RS, fazendo parte do Sistema Interligado Nacional - SIN. A construção da linha de transmissão foi iniciada no exercício de 2002 e concluída em 24 de julho de 2005.

Controladores - Possuem o controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("CEEE-GT").

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e foram aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2021.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo de contrato de concessão - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance (implementar, operar e manter as infraestruturas de transmissão).

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida com base nos gastos incorridos, acrescidos de margem de construção.

A parcela do ativo de contrato de concessão indenizável final é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro atribuída a obrigação de performance de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre os projetos implementados pela Companhia, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade dos projetos, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativa de investimentos e recebimentos.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão de cada contrato de concessão, exceto para as concessões que foram adquiridas em fase de operação, onde considerou-se a taxa de desconto utilizada na época da aquisição.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera os custos incorridos, bem como a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. A receita de operação e manutenção sofrerá alteração em função da inflação, conforme índice de atualização previsto em contrato de concessão, Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

- b) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.
- c) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.
- d) Imposto de renda e contribuição social diferidos – São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.
- e) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

2.5. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

2.6. Reapresentação dos valores correspondentes

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através do Ofício Circular nº 04/2020 de 1º de dezembro de 2020, forneceu orientação quanto a aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 para as companhias transmissoras de energia elétrica principalmente relacionados a: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto os ativos dos contratos de concessão; (iii) orientação quanto a classificação dos ativos da Lei 12.783 – SE como Ativo de contrato; (iv) segregação em rubrica específica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e (v) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na base regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração de capital (WACC regulatória) em rubrica abaixo da margem operacional.

A Companhia adequou suas práticas contábeis em relação ao seu ativo de contrato, revisando suas estimativas e julgamentos sobre a margem e taxa de remuneração do projeto (taxa implícita), visto que no modelo anterior utilizava a WACC regulatória estabelecida pela ANEEL. Com isso, a Companhia identificou os seguintes impactos, líquidos de impostos: (i) R\$1.643 negativos para o exercício de 2019, registrados no resultado do exercício; e (ii) R\$13.904 negativos para exercícios anteriores, registrados no Patrimônio Líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia apurou os impactos e reapresentou cada uma das linhas afetadas na demonstração financeira de períodos anteriores, da seguinte forma:

Balço Patrimonial	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos	01/01/2019 (Publicado)	01/01/2019 (Reapresentado)	Impactos
Ativo						
Outros ativos circulantes não afetados	36.819	36.819	-	49.109	49.109	-
Total do Ativo Circulante	36.819	36.819	-	49.109	49.109	-
Ativo de contrato de concessão	95.275	69.318	(25.957)	103.388	80.174	(23.214)
Outros ativos não circulantes não afetados	655	655	-	776	776	-
Total do Ativo Não Circulante	95.930	69.973	(25.957)	104.164	80.950	(23.214)
Total do Ativo	132.749	106.792	(25.957)	153.273	130.059	(23.214)
Passivo						
Outros passivos circulantes não afetados	14.672	14.672	-	24.717	24.717	-
Total do Passivo Circulante	14.672	14.672	-	24.717	24.717	-
Impostos e contribuições diferidos	16.686	8.677	(8.009)	16.246	9.083	(7.163)
Tributos diferidos	5.647	3.246	(2.401)	6.335	4.188	(2.147)
Outros passivos não circulantes não afetados	12.881	12.881	-	18.726	18.726	-
Total do Passivo Não Circulante	35.214	24.804	(10.410)	41.307	31.997	(9.310)
Capital social	34.895	34.895	-	34.895	34.895	-
Reserva de lucros	34.895	19.348	(15.547)	34.895	20.991	(13.904)
Dividendos adicionais propostos	13.073	13.073	-	17.459	17.459	-
Lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	82.863	67.316	(15.547)	87.249	73.345	(13.904)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	132.749	106.792	(25.957)	153.273	130.059	(23.214)

Demonstração do Resultado do exercício	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas	17.662	13.163	(4.499)
Remuneração do ativo de contrato de concessão	12.220	14.230	2.010
Receita Operacional Líquida	29.882	27.393	(2.489)
Custos operacionais	(6.249)	(6.249)	-
Resultado Bruto	23.633	21.144	(2.489)
Despesas operacionais	(1.313)	(1.313)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas, e dos impostos e contribuições	22.320	19.831	(2.489)
Resultado financeiro	(2.341)	(2.341)	-
Resultado antes dos impostos e contribuições	19.979	17.490	(2.489)
Impostos e contribuições	(6.774)	(5.928)	846
Resultado líquido do exercício	13.205	11.562	(1.643)

Demonstração do resultado abrangente	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Resultado do exercício	13.205	11.562	(1.643)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	13.205	11.562	(1.643)

Demonstração da Mutaçoão do Patrimônio Líquido	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Saldos em 1º de janeiro de 2019	87.249	73.345	(13.904)
Resultado líquido do exercício	13.205	11.562	(1.643)
Outros itens não afetados	(17.591)	(17.591)	-
Total do Patrimônio Líquido	82.863	67.316	(15.547)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Fluxo de Caixa	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Resultado líquido do exercício	13.205	11.562	(1.643)
Remuneração do ativo de contrato de concessão	(12.220)	(14.230)	(2.010)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	(3.059)	1.694	4.753
Impostos e contribuições	6.774	5.928	(846)
Tributos diferidos	(688)	(942)	(254)
Outros itens não afetados	26.524	26.524	-
Fluxo de caixa operacional	30.536	30.536	-
Fluxo de caixa de investimento	5.303	5.303	-
Fluxo de caixa de financiamento	(34.418)	(34.418)	-
Aumento líquido caixa e equivalentes de caixa	1.421	1.421	-

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia incidem sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa e variam entre 9,61% e 17,51% ao ano.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

3.2. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias sobre dívidas.

3.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

3.4. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de competência das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

3.6. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

3.7. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica na DFC os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.8. Normas e interpretações novas e revisadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

- (i) O que significa um direito de postergar a liquidação;
 - (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
 - (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
 - (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.
- As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	41	1.487
Aplicações financeiras	9.304	-
	9.345	1.487

Taxa de rentabilidade anual acumulada	31/12/2020	31/12/2019
CDB	100,94% do CDI	-

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2020	31/12/2019
Investimento em cotas de fundos – “Pampulha” – Ativo circulante	-	8.174
Taxa de rentabilidade anual acumulada	-	103,08% do CDI

Fundo de investimento FIC de FI Pampulha - Fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2020	31/12/2019
Concessionárias e permissionárias	4.740	4.752
Parcela variável (i)	(6)	-
	4.734	4.752
Circulante	4.451	4.488
Não circulante (ii)	283	264

- (i) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, será deduzida dos próximos recebimentos.
- (ii) Saldo refere-se à usuários que contestaram a cobrança dos montantes determinados pelo ONS nas esferas administrativa e judicial. A Companhia acompanha a evolução dos processos administrativos junto ao ONS e a ANEEL, aguardando, também, a decisão dos processos judiciais.

Movimentação da parcela variável	Adição (*)	Reversão (*)	31/12/2020
	(8)	2	(6)

(*) Valor provisionado da parcela variável do período, líquido dos valores descontados, conforme AVC.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

7. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Linha de transmissão	31/12/2019 (Reapresentado)	Remuneração	Correção Monetária	Recebimento	31/12/2020
Campos Novos / Santa Marta	91.697	14.171	53.165	(24.755)	134.278
Circulante	22.379				18.455
Não Circulante	69.318				115.823

Linha de transmissão	01/01/2019 (Reapresentado)	Adição (a)	Remuneração	Correção Monetária	Recebimento	31/12/2019 (Reapresentado)
Campos Novos / Santa Marta	110.934	(174)	14.230	(1.694)	(31.599)	91.697
Circulante	30.760					22.379
Não Circulante	80.174					69.318

(a) A principal adição está relacionada ao reforço:

Localização	Descrição	Ato legislativo	RAP	Custo de construção estimado (Capex Aneel)	Posição Atual	REIDI (*)
SE Lagoa Vermelha II	Implantação Banco de Capacitor 230 kv-50MVA	REA nº 6.281 (altera o anexo I da REA 6.027 em 11/04/2017) - DOU em 17/04/2017.	R\$1.507	R\$10.272	Entrou em operação comercial em 16/09/2018.	Portaria MME nº 217 de 07/11/2016, e ADE da RFB nº60, de 13/03/2017 - D.O.U de 15/03/2017.

(*) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

• Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura, reajustado e revisado anualmente. A partir do 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura da transmissora será de 50% do 15º estendendo-se, desta forma, até o término do prazo final da concessão.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia, por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento prévio da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá implementar, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP – A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2020-2021			Ciclo 2019-2020			Ciclo 2018-2019		
Resolução nº 2.725 de 14/07/2020 Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021			Resolução nº 2.565 de 25/06/2019 Período: de 01/07/2019 a 30/06/2020			Resolução nº 2.408 de 28/06/2018 Período: de 01/07/2018 a 30/06/2019		
RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total
39.506	1.786	41.292	50.913	(1.578)	49.335	48.001	(1.960)	46.041

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL a compensar	38	40
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, CSLL, PIS e COFINS - Lei nº 10.833/03	48	43
Outros	24	2
Ativo circulante	110	85
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	4.959	4.736
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	419	396
INSS, FGTS, ISS e ICMS	114	68
Outros	31	19
Passivo circulante	5.523	5.219

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - ativo	1.314	821
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - passivo (*)	(27.715)	(9.498)
Efeito líquido no balanço - passivo - IRPJ e CSLL - passivo	(26.401)	(8.677)

(*) Valores substancialmente relacionados à aplicação do CPC 47.

Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos ativos	2021	2022	2023	TOTAL
Diferenças temporárias	554	380	380	1.314

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Passivo (*)	5.805	3.246

(*) Valores referentes à aplicação do CPC 47.

11. PARTES RELACIONADAS

I – Outras contas a receber – OCR e Outras contas a pagar – OCP.

a) Ativos e receitas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
Transações com empresas ligadas						
1	OCR x Reembolso de custos de compartilhamento de instalações - STC	R\$3 Valor mensal	De 16/11/2006 até a extinção da concessão de uma das partes.	Juros de 12% a.a. + multa de 2% a.a./ Atualização anual pelo IGP-M.	Pode ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

REF	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas	
		31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
1	OCR x Reembolso de custos de CCI - STC	28	13	79	75

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

b) Passivos e despesas

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes

Transações com Controladores

1	OCP x Serviço de terceiros - "back-office" – Taesa	R\$69 Valor mensal	25/01/2018 a 24/01/2023	Multa de 2% a.m / Atualização anual pelo IGP-M	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante prévio aviso de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	Não houve.
2	OCP x Outras receitas –O&M - ETAU Taesa	R\$18 Valor mensal	01/08/2020 a 01/08/2024	Multa de 2% a.m. / Juros de mora 1% a.m. /atualização anual pelo IGP-M.	Inadimplemento de e qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.	Não houve.
3	OCP x - reembolso de despesas e outros – Taesa	N/A	N/A	N/A	N/A	Não houve.
4	OCP x Serviço de terceiros - O&M - CEEE GT	R\$208 Valor mensal	23/06/2019 a 23/06/2021	Juros de 1%a.m + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M	O descumprimento de qualquer prazo, disposição ou avença estabelecidos no contrato, que perdure por 30 dias após a sua notificação por escrito à contratada; A prática de qualquer ato que possa acarretar o cancelamento definitivo do contrato de concessão da contratante perante a ANEEL; A dissolução ou liquidação ou a omissão em impugnar um pedido de falência feito contra a contratante dentro do período estabelecido em lei.	O serviço de transmissão de dados está incluso.
5	OCP x Serviço de terceiros - fiscalização – CEEE GT	R\$78 Valor mensal	De janeiro de 2018 até emissão do termo de aceitação definitiva do empreendimento.	Juros de 1% a.m. e multa moratória de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	O inadimplemento por qualquer das partes, de obrigação estabelecidas, não sanadas no período de 30 dias contados da notificação emitida pela parte prejudicada; falência ou processo de recuperação judicial, decretada ou homologada, de qualquer das partes.	A contratada responderá pelos danos causados diretamente a contratante ou à terceiros, decorrente de culpa e dolo comprovados na execução das atividades inerentes ao contrato.
6	OCP x Serviço de terceiros - Reembolso de custos e outros Serviços de engenharia - CEEE GT	N/A	Janeiro e fevereiro de 2018	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não Houve.	Serviço de engenharia não previstos e reembolso de custos.
7	OCP x Serviço de terceiros - CCI - CEEE GT	10 Valor anual	De 15/04/2005 até a extinção da concessão de uma das partes.	Juros de 12% a.a. + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	Pode ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.

Transações com empresas ligadas

8	OCP x Outros custos operacionais - aluguel de imóvel - Eletrosul	R\$ 2 Valor mensal	01/11/2014 Renovação anual	Multa de 2% + Juros de mora de 1% / Atualização anual pelo IGP-M	Não houve.	Não houve.
9	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de Compartilhamento de Instalações (CCI) – Eletrosul x ETAU	R\$ 8 Valor anual contratual não corrigido	04/10/2004 até a extinção da concessão de uma das partes	Juros 1% a.m. + multa de 2%, calculados "pro rata die" / Atualização anual pelo IGP-M	Não houve.	Caso uma das partes não possa cumprir qualquer de suas obrigações, em decorrência de caso fortuito ou força maior, o presente contrato CCI permanecerá em vigor.
10	OCP x - reembolso de despesas e outros - Eletrosul	N/A	N/A	N/A	N/A	Serviços administrativos não contemplados no termo de permissão de uso com a Eletrosul.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

REF	Contratos e outras transações	Passivo		Custos / Despesas	
		31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
1	Back office - Taesa	82	76	972	899
2	Serviços de engenharia - Reforço Banco de Capacitores - Taesa	18	-	91	-
3	Reembolso de despesa e outros serviços - Taesa	-	29	-	-
4	Transmissão de dados - CEEE GT	-	-	253	235
5	O&M - CEEE GT	-	-	-	2.892
6	Reembolso de custos e outros serviços de engenharia - CEEE GT	-	-	-	65
		100	105	1.316	4.091

II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2019	Dividendos pagos	Dividendos obrigatórios e adicionais	31/12/2020
Dividendos a pagar à Taesa	100	(15.124)	15.378	354
Dividendos a pagar à DME	19	(2.876)	2.925	68
Dividendos a pagar à CEEE – GT	13	(2.000)	2.034	47
	132	(20.000)	20.337	469

Aprovação de dividendos	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor	Valor por ação ON
Obrigatórios e adicionais	2019	30/04/2020	AGO	13/11/2020	13.205	0,37842
Adicionais	2020	18/12/2020	AGE	29/12/2020	6.795	0,19473
					20.000	

III - Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração

Proporção da remuneração total	2020	2019
Diretoria - remuneração fixa	-	100%
Conselho de Administração (não há remuneração)	-	-

Valores reconhecidos no resultado – Diretoria	2020	2019
Remuneração	-	29

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E NOTAS PROMISSÓRIAS

Características do Financiamento							
Financiador	Data de assinatura	Tipo	Valor contratado	Valor liberado	Vencimento	Encargos financeiros anuais	Parcelas a vencer
BNDES Finame Alston	21/12/2015	CCB-subcrédito A	238	228	15/01/2021	Taxa fixa 9,5%a.a	01
BNDES Finame Toshiba	21/12/2015	CCB-subcrédito A	2.833	2.687	15/01/2021	Taxa fixa 9,5%a.a	01
BNDES Automático	26/07/2016	CCB-subcrédito A	7.566	7.210	15/08/2021	TJLP + 5,20%a.a	08
BNDES Automático	26/07/2016	CCB-subcrédito B	6.053	5.768	15/08/2021	SELIC + 3,76%a.a	08
BNDES Giro	19/07/2018	CCB-subcrédito A	10.273	10.273	15/08/2023	TLP + 2,78%a.a	32

Movimentação dos financiamentos					
Financiador	31/12/2019	Juros e variações monetária	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2020
BNDES - Automático (a)	6.034	338	(298)	(3.632)	2.442
BNDES - Finame Alston (a)	83	4	(4)	(76)	7
BNDES - Finame Toshiba (a)	974	48	(51)	(896)	75
BNDES -Giro	10.379	983	(1.024)	(1.143)	9.195
Total	17.470	1.373	(1.377)	(5.747)	11.719
Circulante	5.849				6.012

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação dos financiamentos					
Financiador	31/12/2019	Juros e variações monetária	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2020
Não circulante	11.621				5.707

Movimentação dos financiamentos					
Financiador	31/12/2018	Juros e variações monetária	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2019
BNDES - Automático (a)	9.353	808	(573)	(3.554)	6.034
BNDES - Finame Alston (a)	160	10	(11)	(76)	83
BNDES - Finame Toshiba (a)	1.872	130	(132)	(896)	974
BNDES -Giro	10.379	893	(893)	-	10.379
Total	21.764	1.841	(1.609)	(4.526)	17.470
Circulante	4.609				5.849
Não circulante	17.155				11.621

(a) Os recursos foram captados com o objetivo de financiar a construção de novos reforços na subestação de Lagoa Vermelha II.

Parcelas vencíveis por	Circulante	2022	2023	Não circulante	Total
TLP	3.490	3.424	2.283	5.707	9.197
URTJ	1.231	-	-	-	1.231
SELIC	1.210	-	-	-	1.210
Taxa Fixa	81	-	-	-	81
Total	6.012	3.424	2.283	5.707	11.719

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência dos respectivos contratos.

O financiamento junto ao BNDES Automático possui a seguinte cláusula restritiva financeira de vencimento antecipado durante a vigência do respectivo contrato: (i) a razão entre a "dívida líquida" e "EBITDA" deverá ser menor ou igual a 3,0x durante a vigência do contrato; e (ii) o "índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD" deverá ser maior ou igual a 1,3x durante a vigência do contrato. A periodicidade dos cálculos é anual.

Em 31 de dezembro de 2020, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

13. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais, aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, referentes à faixa de servidão, e trabalhistas, que envolvem discussão de reclamação de adicional de periculosidade e verbas rescisórias, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor de R\$329.

	31/12/2019	Adições	Baixa	Reversões	31/12/2020
Provisões para Riscos Cíveis	116	74	(13)	(14)	163
Provisões para Riscos Trabalhistas	248	-	-	-	248
	364	74	(13)	(14)	411

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era de R\$35, sendo R\$15 referentes a contingências cíveis e R\$20 a contingências tributárias, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2020	2019 (Reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.931)	(2.035)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.558)	942
	(4.489)	(1.093)

Correntes - Calculados sobre o lucro líquido com base regime tributário do lucro real.

Diferidos - Registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil, incluindo-se os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL – Lucro Real	2020	2019 (Reapresentado)
Lucro antes dos impostos	70.964	17.490
Despesa de imposto de renda e contribuição social - alíquota de 34%	(24.128)	(5.947)
Outros	30	19
Despesa de imposto de renda e contribuição social - resultado	(24.098)	(5.928)
Alíquota efetiva	34%	34%

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social – Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social subscrito e integralizado era de R\$34.895, representado por 34.895.364 (trinta e quatro milhões oitocentas e noventa e cinco mil trezentas e sessenta e quatro) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 (um real) por ação.

Composição acionária (*)	2020		2019	
	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	Capital integralizado (%)	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	Capital integralizado (%)
Taesa	26.387.488	75,6189	26.387.488	75,6189
DME	5.018.340	14,3811	5.018.340	14,3811
CEEE-GT	3.489.536	10,0000	3.489.536	10,0000
Total	34.895.364	100,0000	34.895.364	100,0000

(*) Titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas Assembleias Gerais.

A Taesa e a DME se sagraram vencedoras do lote N do Leilão Eletrobrás nº 01/2018 no qual foi adquirida a participação societária detida pela Eletrobrás de 27,4162% na ETAU, na proporção de 23,0355% para a Taesa e 4,3807% para DME, que optaram por exercer seu direito de preferência, na forma do acordo de acionistas da ETAU, sobre a integralidade da participação acionária detida pela Eletrobrás.

Em 29 de abril de 2019 a Taesa e a DME concluíram as aquisições da participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobrás") na ETAU. Desta forma, a Taesa passou a ser titular de 75,6189% e a DME 14,3811% do capital social total e votante da ETAU.

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não constituiu Reserva legal, pois o saldo desta reserva estava no limite de 20% do capital social e (b) Reserva especial - constituídas com todo ou parte do lucro remanescente com a finalidade de suportar o orçamento anual ou plurianual de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, que delibera sobre as demonstrações financeiras do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 1%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação do lucro do exercício

Destinação do lucro do exercício	2020	2019 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	46.866	11.562
- Reserva legal (conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76)	-	-
- Dividendos obrigatórios	(469)	(132)
- Dividendos adicionais propostos	(24.055)	(13.073)
- Reserva especial	(22.342)	-
- Prejuízos acumulados (*)	-	1.643
Compensação de prejuízos acumulados:		
- Prejuízos acumulados - 01/01/2019	-	(13.904)
- Reserva especial	-	13.904
- Prejuízos acumulados - 31/12/2019	-	-
- Prejuízos acumulados - 31/12/2019	-	(1.643)
- Reserva especial	-	1.643
- Prejuízos acumulados - 01/01/2020	-	-

16. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto, e mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques. Esse fato é uma consequência das coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização	Danos Materiais - Valor em risco	Prêmio
Responsabilidade civil geral	AXA Seguros	20/09/2020 a 19/09/2021	10.000	-	2
Risco operacional	Mapfre Seguros	02/12/2019 a 01/06/2021	-	14.680	21
Responsabilidade civil de diretores e administradores	Zurich Seguradora	18/09/2020 a 18/09/2021	40.000	-	-

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de mercado (risco de moeda, taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

17.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

17.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado:		
- Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras de curto prazo	9.304	8.174
Custo amortizado:		
- Caixa e Bancos	41	1.487
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	4.734	4.752
	14.079	14.413
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	1.146	1.373
- Empréstimos e financiamentos	11.719	17.470
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	1.585	896
	14.450	19.739

17.4. Risco de mercado

17.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

17.4.2. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índices	31/12/2020	Cenário provável em 31/12/2021
CDI/SELIC (a)	2,75%	4,50%
URTJ (b)	4,55%	4,39%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

- (a) Divulgado pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 12 de março de 2021 – Fonte externa independente.
- (b) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base na taxa divulgada no “site” do BNDES, obtida no dia 06 de março de 2020 – Fonte externa independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2020	Efeito provável no LAIR – janeiro a dezembro de 2021 - aumento (redução)
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras de curto prazo - CDI	9.304	163
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos e debêntures		
- TJLP	1.231	2
- CDI/SELIC	1.210	(21)
		144

17.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários é limitado pois as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito (“ratings”) satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com cliente e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária – CFB.

As principais vantagens desse mecanismo de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todas os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

17.6. Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A Companhia possui empréstimos bancários que contêm cláusulas restritivas (“covenants”), que se não cumpridas, pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data de vencimento.

A tabela a seguir: (i) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos; (ii) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações; e (iii) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Financiamentos	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Pós-fixada	729	1.436	5.020	6.529	13.714
Pré-fixada	82	-	-	-	82
Total	811	1.436	5.020	6.529	13.796

17.7 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

17.8. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

17.8.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	Hierarquia do
Aplicações financeiras de curto prazo e títulos e valores mobiliários	4 e 5	9.304	8.174	Nível 2

18. LUCRO POR AÇÃO

	2020	2019 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	46.866	11.562
Quantidade de ações ordinárias	34.895	34.895
Lucro por ação ordinária – básico e diluído	1,34306	0,33134

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020	2019 (Reapresentado)
Remuneração do ativo de contrato de concessão	14.171	14.230
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	53.165	(1.694)
Operação e manutenção	14.184	13.080
Construção e indenização	-	(174)
Parcela variável	(12)	(326)
Outras receitas (a)	6.377	5.423
Receita operacional bruta	87.885	30.539
PIS e COFINS correntes	(1.931)	(2.035)
PIS e COFINS diferidos	(2.558)	942
Encargos setoriais - Cota para RGR, P&D e TFSEE	(2.069)	(2.053)
Deduções da receita	(6.558)	(3.146)
Receita operacional líquida	81.327	27.393

(a) Receitas de rede de fronteiras e Demais Instalações –DIT.

	2020	2019 (Reapresentado)
Margens das obrigações de performance		
Operação e Manutenção – O&M		
- Receita	14.184	13.080
- Custos	(7.828)	(6.092)
Margem (R\$)	6.356	6.988
Margem percebida (%)	45%	53%

	2020	2019 (Reapresentado)
Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis de IRPJ e CSLL		
Receita operacional bruta	87.885	30.539
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(55.385)	2.611
Receita operacional bruta tributável	32.500	33.150

20. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	31/12/2020	31/12/2019
-Remuneração direta	(435)	(55)
-Benefícios	(190)	(15)
-FGTS e INSS	(178)	(48)
Pessoal	(803)	(118)
-Custo de construção	-	157
-O&M	(1.938)	(817)
-Outros	(25)	(32)
Materiais	(1.963)	(692)
Serviços de terceiros	(6.402)	(6.820)
Depreciação e amortização	(1)	(1)
Outros custos e despesas operacionais	(76)	69
Total custos e despesas	(9.245)	(7.562)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com serviços de terceiros: custos com operação e manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação multimídia e serviços de engenharia.

Custos com materiais: custos relacionados aos reforços em fase de construção.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Despesas com serviços de terceiros: referem-se basicamente às despesas com consultorias, serviços gráficos, comunicação e auditoria.

Outros custos e despesas operacionais: Custos com aluguéis, combustível, seguros e reembolso de custos; e despesas com taxas, condomínios, aluguéis, indenizações trabalhistas e patrocínios.

21. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2020	2019
Renda de aplicação financeira	347	594
Receitas financeiras	347	594
Empréstimos e financiamentos		
- Juros incorridos	(1.323)	(1.598)
- Variação monetária	(50)	(243)
	(1.373)	(1.841)
Debêntures (i)		
- Juros incorridos	-	(613)
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	(1.373)	(2.454)
Outras despesas financeiras, líquidas	(92)	(481)
Despesas Financeiras	(1.465)	(2.935)
	(1.118)	(2.341)

(i) Em 29 de novembro de 2019 foi realizada a liquidação da Debêntures no valor total de R\$10.000.

22. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Operação e manutenção dos ativos – A Companhia contratou a CEEE-GT e a Eletrosul para realização das atividades de operação e manutenção de suas instalações.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais – O empreendimento está regular com suas obrigações ambientais e devidamente licenciado (licença de operação vigente).

Licença ambiental			
Trecho	Licença de Operação n°	Data de emissão	Data de vencimento
Campos Novos/Santa Marta	452/2005	05/10/2007	02/12/2021

COVID-19 - O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Companhia. Desde então, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

- o Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- o Retorno gradual dos empregados ao trabalho presencial, cumprindo todos os protocolos e orientações dos órgãos de saúde, com acompanhamento de assessoria médica especializada;
- o Suspensão de viagens e reuniões presenciais;
- o Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- o Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

- o Vacinação contra a gripe influenza para o grupo de risco;
- o Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;

Demonstração Contábil Regulatória - DCR - A demonstração contábil regulatória, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, será disponibilizada no sítio eletrônico da Taesa até 30 de abril de 2021, conforme determinado pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Alteração do Conselho de administração – Em 01 de fevereiro de 2021 a AGE da Companhia substituiu o membro titular indicado pela CEEE-GT, Sr. Wagner Rinaldi pelo Sr. Leandro Inácio Rippel.

* * * * *

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Nome	Cargo
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Geral e Diretor Financeiro
Marcelo Dias Loichate	Diretor Técnico

Conselho de Administração	
Titulares	Suplentes
Fábio Antunes Fernandes (Taesa)	Marco Antônio Resende Faria (Taesa)
Leandro Inácio Rippel (CEEE-GT)	Fernando Pessutto (CEEE-GT)
Marco César Castro de Oliveira (DME)	Marcos Rogério Alvim (DME)

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49